

André Luis Nascimento Parada

ARBITRAGEM NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

**Análise Crítica dos Obstáculos Jurídicos
Suscitados para Afastar a sua Utilização**

Curitiba
Juruá Editora
2015

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

ISBN: 978-85-362-4999-5



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Parada, André Luis Nascimento.

P222 Arbitragem nos contratos administrativos: análise crítica dos obstáculos jurídicos suscitados para afastar a sua utilização./ André Luis Parada Nascimento./
Curitiba: Jurua, 2015.
216p.

1. Contratos. 2. Arbitragem comercial. I. Título.

CDD 346.022 (22.ed.)
CDU 347.918

000197

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
-------------------------	-----------

Parte I

ARBITRAGEM E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: ESTÁTICA JURÍDICA

Capítulo 1 – ARBITRAGEM	23
--------------------------------------	-----------

1.1 Conceito de arbitragem.....	24
1.2 Tipos de arbitragem.....	25
1.3 Natureza jurídica da arbitragem	30
1.4 As modalidades de convenção de arbitragem.....	34
1.5 A exclusão da jurisdição estatal.....	41
1.6 Autonomia da vontade das partes, celeridade e tecnicidade dos julgamentos	43

Capítulo 2 – ARBITRAGEM NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS ..	49
---	-----------

2.1 Arbitrabilidade subjetiva e objetiva.....	51
2.1.1 Arbitrabilidade subjetiva	52
2.1.2 Arbitrabilidade objetiva.....	54
2.2 Análise crítica das teses contrárias à arbitragem	59
2.2.1 O princípio da inafastabilidade de jurisdição	61
2.2.2 O princípio da legalidade	67
2.2.2.1 O princípio da legalidade e a Administração Pública.....	68
2.2.2.2 Leis que autorizam o uso da arbitragem em contratos administrativos	83
2.2.2.3 A arbitragem na Lei 8.666/1993	88
2.2.3 O princípio da indisponibilidade do interesse público.....	98

Parte II**ARBITRAGEM E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: DINÂMICA JURÍDICA**

Capítulo 3 – A ARBITRAGEM NA CASUÍSTICA JUDICIAL E NA CORTE DE CONTAS DA UNIÃO.....	115
3.1 Casuística judicial.....	115
3.2 Casuística no Tribunal de Contas da União.....	134
Capítulo 4 – ARBITRAGEM NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DEFINIÇÃO DE BOAS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS	157
4.1 O procedimento para escolha dos árbitros.....	158
4.2 Escolha da lei aplicável	166
4.3 Flexibilidade do procedimento arbitral.....	169
4.4 Publicidade	172
4.5 A arbitragem por equidade	178
CONCLUSÃO	183
REFERÊNCIAS	193
ÍNDICE ALFABÉTICO	205